

A luta pela verdade é uma luta política

GABRIEL DA COSTA ÁVILA¹

Esse texto é uma tentativa inicial de expor os resultados obtidos na pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado, desdobrando-os em direção a problemas de âmbito mais geral que surgiram na dissertação e que já estavam anunciados como possíveis extrapolações do meu objeto inicial. Enfim, tratando a questão em termos menos pessoais, se trata de avançar um estudo de caso de caráter mais histórico no sentido de questões mais teóricas, passando da história da epistemologia para uma análise mais propriamente epistemológica – embora ainda dentro do campo da história.

O caso histórico em questão é referente às *Guerras da Ciência*, uma série de conflitos intelectuais travados entre cientistas, de um lado, e analistas da ciência, de outro, que puseram em disputa algumas questões candentes da epistemologia do século XX. O desdobramento teórico que pretendo atacar diz respeito às condições que possibilitariam tratar a ciência como um objeto efetivamente histórico. Isto é, de que forma a história pode trazer o conteúdo cognitivo da ciência para o âmbito da sua disciplina, como legitimar a apropriação da ciência pelo discurso historiográfico? Para não alongar indefinidamente a discussão, recortei especificamente um aspecto da questão, a disputa em torno do caráter (a)histórico e (a)político da verdade. Para realizar essa dupla tarefa, explicar as *Guerras da Ciência* e utilizá-la como ponto de partida para uma discussão de caráter mais teórico, devo proceder da seguinte maneira: em um primeiro momento tratarei do desenrolar da disputa, apontando principalmente para os argumentos mobilizados pelos cientistas envolvidos na disputa e, em seguida, utilizarei um desses argumentos como gancho para o debate epistemológico.

As *Guerras da Ciência* foi o nome pelo qual se chamou o conjunto das reações de alguns cientistas e filósofos da ciência contra uma determinada perspectiva epistemológica que, supostamente, acarretava no enfraquecimento da ciência perante a sociedade. É um fenômeno histórico que articula discussões epistemológicas a questões

¹ Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do *Scientia* – Grupo de Teoria e História da Ciência da UFMG.

de ordem social e política mais amplas em quais a ciência está implicada, inserindo-se em debates candentes no século XX sobre temas como a imagem pública da ciência ou a disputa em torno dos critérios de possibilidade para falar sobre a ciência de forma competente. O início dos embates, ou a “declaração formal de guerra”, se dá a partir de 1994, com a publicação do livro *Higher Superstition*, pelo biólogo Paul Gross e o matemático Norman Levitt. Nesse livro, os autores pretendiam responder aos ataques provenientes de alguns setores da filosofia, das ciências sociais e das humanidades nos Estados Unidos – que eles definem pela alcunha de “esquerda acadêmica”. Esse grupo, argumentam Gross e Levitt, influenciado por várias formas de relativismo, construtivismo e pós-modernismo, havia desenvolvido uma visão antirracionalista da ciência que os dotara de uma postura anticientífica. Para elaborar a resposta, os autores mergulham em uma miríade de estudos considerados anticientíficos de modo a pôr em evidência sua inconsistência teórica e seus perigos políticos. O resultado é um manifesto que tenta deslegitimar, em uma só penada, uma larga parcela dos estudos culturais, da crítica literária contemporânea, dos estudos sociais da ciência, dos estudos de gênero e dos estudos raciais que se valem de concepções que Gross e Levitt classificam de anticientíficas (GROSS e LEVITT, 1998). Disso decorreu o acirramento do embate entre cientistas naturais e cientistas sociais, filósofos, antropólogos e historiadores que pretendiam analisar a ciência a partir de perspectivas mais ou menos influenciadas pelo relativismo, pelo sócio-construtivismo, pelo desconstrucionismo ou pelas várias formas de pós-modernismo. Ele foi o estopim que deu origem a uma enxurrada de outras reações. Todavia, desde o final dos anos 1980 uma tensão surda já parecia prenunciar alguns dos temas postos em disputa. A filósofa Isabelle Stengers, em um livro publicado originalmente em 1993, já estava atenta ao que, naquela altura, não era mais do que “um rumor inquietante”, espalhando-se pelo mundo dos cientistas (STENGERS, 2002: 11).

Um ano depois, o rumor e a inquietação deram lugar a uma agitação estrondosa, intervenções enfáticas e, algumas vezes, raivosas. Essas reações, que se deram basicamente sob a forma de livros, artigos e conferências, assistiram a uma espetacular midiáticação por ocasião do “caso Sokal”, quando o embuste pregado por Alan Sokal à revista *Social Text* e, por extensão, ao então emergente campo dos estudos culturais, alcançou a primeira página de importantes jornais ao redor do globo e obteve vasta cobertura em todo o mundo. Como se sabe, o “caso Sokal” tem lugar quando o

professor de física Alan Sokal escreveu um artigo no qual parodiava o “estilo de escrita pós-moderno”. Utilizou-se de desenvolvimentos teóricos controversos de áreas mais ou menos obscuras da física e da matemática, citou (quase sempre com reverências) autores consagrados dos estudos culturais norte americanos e espalhou ao longo do texto uma “mistura de verdades, meias verdades, um quarto de verdades, falácias, e sentenças que, mesmo sintaticamente corretas, não têm, em absoluto, nenhum sentido” (SOKAL, 1999: 286). Ao mesmo tempo, defendia que os avanços da ciência contemporânea permitiam extrapolações filosóficas que coincidiam com muitas das perspectivas “pós-modernas”. Em resumo, e se utilizando de muitas expressões empregadas pelo próprio Sokal (algumas tomadas de empréstimo de autores vinculados às correntes relativistas, construtivistas ou pós-modernas), o argumento defendido na paródia é que a ciência do século XX estaria pronta para se livrar do “dogma imposto pela longa hegemonia pós-Iluminista” e pela “metafísica cartesiana-newtoniana” e aderir a um modelo de “ciência pós-moderna liberatória” que se tornaria “um instrumento concreto para a *práxis* política progressista”. Depois de composta a paródia, Sokal a submeteu à revista de estudos culturais *Social Text*, vinculada à Duke University e que tinha em seu corpo editorial alguns dos autores largamente citados e elogiados por Sokal.

Surpreendentemente, o artigo foi aceito. Logo depois, Sokal publicou um texto expondo a “brincadeira” e denunciando a falta de critérios e de rigor dos autores vinculados aos “estudos culturais”, ao “pós-modernismo” ou ao “construtivismo”, etc. E essa falta de critérios e rigor Sokal associou também à característica de desvinculação e crítica a noções clássicas de verdade, realidade e objetividade, sem as quais imperava o relativismo que impunha a equivalência epistemológica entre quaisquer conjuntos de afirmações sintetizada na má afamada expressão de Paul Feyerabend, “tudo vale”.

Com isso, as disputas epistemológicas ganharam efetivamente a arena pública, muitas vezes com um viés um tanto sensacionalista. Publicidades à parte, os cientistas que se envolveram no fenômeno pretendiam defender um certo tipo de epistemologia, que chamo (talvez à falta de melhor termo) de tradicional. Ela se caracterizava por um compromisso estreito com a possibilidade humana de atingir, através da ciência, a verdade absoluta sobre a realidade objetiva, exterior e independente do sujeito cognoscente. E as formas de defesa dessa perspectiva foram assaz vigorosas e

implicavam num determinado comportamento para o público consumidor de ciência e para os analistas – historiadores, sociólogos, filósofos e etc. –, que deveriam compartilhar com os cientistas o mesmo compromisso epistemológico, garantindo à ciência um privilégio epistêmico sobre quaisquer outras formas de explicação do mundo natural. Mas por que essa epistemologia precisava ser defendida tão ferozmente? De quem?

Segundo esses cientistas, as principais ameaças eram provenientes das vagas anticientificistas que assolavam setores da academia e da intelectualidade e que tinham origem justamente nos estudos sociais e históricos da ciência. O comportamento rebelde de certos setores das ciências humanas e sociais precisava ser denunciado e controlado. Os cientistas não se reconheciam mais nas descrições que a história e a sociologia fazia das suas práticas e, mais importante, discordavam frontalmente das implicações epistemológicas que deduziam desses trabalhos. É sabido que esses campos sofreram uma vigorosa renovação nas últimas décadas do século XX, mas por que essa renovação incomodou tanto os cientistas?

Com efeito, desde a metade do século XX, um novo modelo de compreensão da atividade científica ganhava força entre historiadores e sociólogos. Esse modelo apontava para uma interpretação da ciência que levasse em consideração a sua dimensão humana, em contrapartida à excessiva valorização do papel ativo da natureza na produção dos conhecimentos ao seu respeito. Thomas Kuhn, David Bloor e Barry Barnes, Paul Feyerabend, Bruno Latour e os *science studies* são os nomes de alguns dos principais responsáveis pelas formulações teóricas dessas novas abordagens. Em um percurso de algumas décadas, transformaram, pelo menos no interior da comunidade dos estudos da ciência, a imagem da ciência que nos dominava, como queria Kuhn. Desbancaram a hegemonia da *estratégia positivista*. Avançaram para além das restrições impostas pela “dicotomia de Reichenbach”, que afastava para as margens as explicações de caráter histórico ou sociológico, tratado como inferior, menos importante, ornamental em relação ao que efetivamente importante poderia ser dito sobre a ciência, privilégio da filosofia. Não de qualquer filosofia, mas de uma filosofia laudatória, cientificista, que punha em primeiro lugar o caráter privilegiado do conhecimento científico, como forma última (e talvez única) de acesso à realidade. Nesse quadro, cabia aos historiadores contar a trajetória das idéias científicas, o

progressivo desvelamento da natureza pelo intelecto (perspectiva internalistas) ou as condições sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais esses processos ocorreram (perspectiva externalista), condições que nada afetavam no produto final, uma vez que esse se referia à regularidades universais que se encontravam na natureza.

Desde a publicação da *Estrutura das revoluções científicas*, em 1962, por Thomas Kuhn, contudo, ousou-se dar um novo papel para a história. Superaram-se essas restrições e essas dicotomias. O positivismo, e seus herdeiros, eram o grande inimigo a ser batido. Foi contra ele que se insurgiam. E, com esses novos autores, fomos nos dando conta de que a ciência é uma prática social, que depende da comunidade de praticantes para estabelecer seus protocolos, da configuração sócio-histórica da qual emerge; que a ciência não possui autonomia em relação à cultura, não apenas nas suas formas de inserção social, na sua institucionalização, nas questões priorizadas pela pesquisa em determinado momento e local, mas também em seu núcleo, todo o seu conteúdo cognitivo é atravessado pela cultura, os produtos da ciência não são transcendentais ao local de sua produção. Em suma, enquanto a tradição da primeira metade do século, dominada pela filosofia, priorizava a *ciência como conhecimento*, as novas perspectivas sócio-históricas deram mais ênfase à *ciência como prática* (PICKERING, 1992: 1-26). Em face dessas novas prerrogativas, surgem, ou ressurgem, também, dificuldades epistemológicas. Se a ciência é dependente da cultura, como ela pode descobrir a realidade exterior e independente do sujeito e, portanto, da cultura? É possível alcançar a verdade absoluta? A natureza é descoberta ou construída? Como ser objetivo, diante de tanta subjetividade, em todos os níveis da atividade científica? Nesse ponto, ameaçava o fantasma do relativismo (MAIA, 2006). Alguns autores importantes da área encamparam explicitamente o relativismo como ferramenta metodológica. No plano epistemológico, ele se expressava numa concepção de conhecimento que não se referia ao mundo, mas apenas aos acordos sociais que se estabeleciam entre aqueles envolvidos na sua produção, isto é, a comunidade científica.

Ao mesmo tempo, a historiografia atravessa uma situação semelhante, o “*linguistic turn*”. A crise da verdade se generaliza para além das verdades da natureza e se volta para as verdades da história. Para autores como Hayden White, grande expoente desse novo tipo de reflexão entre os historiadores, a história é antes de tudo um discurso que baseia na narrativa a sua forma de produção de textos (WHITE, 1994). O que

historiador fazia era produzir um discurso sobre outros discursos, em meio a outros discursos. Discurso, texto, narrativa, as grandes categorias contra as quais se debatiam os historiadores provinham da teoria literária. Outros autores, como Michel Foucault e Michel de Certeau, influenciaram sobremaneira essa guinada em direção ao discurso. Além deles, a terceira geração dos *Annales*, preocupados com as mentalidades, o simbólico e o imaginário, vão contribuir para essa “crise do referente”. A idéia de descobrir a verdade do passado não parece mais tão segura ao historiador. Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a emergência do termo “invenção” nos títulos e subtítulos de obras de historiadores, fenômeno que tem início no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, é um sintoma dessa situação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 19). Os homens inventam a história no presente, os historiadores inventam a história no passado. A verdade da história, nessa perspectiva, não é dada, é construída, negociada, inventada. Semelhante tensão aflige os estudos da ciência, a verdade da natureza não é dada, é construída, negociada, inventada. Essa situação, que vigorou sobretudo até meados dos anos 1980, teve sua solução esboçada e as vertentes mais fortes do relativismo epistêmico, se é que algum dia foram realmente adotadas, foram abandonadas. Essas questões, porém, não são de fácil resolução e as tentativas não vingaram tão harmoniosamente. O tempo de reconstruir e recuperar não chegou assim tão facilmente.

É em meio à esses intensos debates, a essas dúvidas epistemológicas, que os cientistas se dão conta dos *science studies* e dos estudos culturais da ciência. De maneira geral, desde o século XIX, os cientistas profissionais não se debruçam sobre questões filosóficas ou epistemológicas². As disputas em torno da natureza da ciência não são relevantes nas suas atividades cotidianas e ocupam muito pouco do seu tempo. Escrevendo sobre isso, Lewis Wolpert afirma jocosamente que “the physicist who is a quantum mechanic has no more knowledge of philosophy than the average car mechanic” (WOLPERT, 1992: 108)³. É claro que a falta de treino tradicional em

² As maiores exceções a essa regra podem ser encontradas em áreas específicas da ciência, notadamente as que lidam com o cérebro e a mente (alguns campos das neurociências e da psicologia) e entre os físicos do início do século XX, principalmente os envolvidos nas áreas emergentes da teoria quântica e da relatividade, posto que se viam em meio à mudanças drásticas nos fundamentos da sua disciplina.

³ “O físico que trabalha com mecânica quântica não tem mais conhecimento de filosofia do que um mecânico de automóveis comum”. Tradução minha. Preferi manter o original no corpo do texto devido à intraduzibilidade do trocadilho entre “quantum mechanic” e “car mechanic”.

filosofia ou a pouca atenção dedicada a esses temas não impede os cientistas de possuírem uma epistemologia, que pode ser chamada de realista ou objetivista. De forma breve, podemos descrever essa epistemologia como uma forma de *compromisso* com uma *realidade*, que é exterior ao sujeito e dele independente, por isso *objetiva*, que pode ser analisada *racionalmente*; do sucesso dessa análise decorrem *verdades*, isto é, acoplamentos entre os enunciados e a realidade independentes do sujeito enunciator, que são *universais*, posto que se referem à regularidades encontradas na natureza. Logo, os principais valores em jogo são a realidade, a racionalidade, a objetividade, a universalidade e a verdade. Ademais, a ciência nos forneceria o melhor modelo de comprometimento com esses valores. Ela compõe um registro epistêmico privilegiado, uma vez que se trata da melhor maneira de compreender o mundo. Muitas vezes, a chamada “filosofia espontânea dos cientistas” foi desprezada como rudimentar ou primitiva. No entanto, parto de um princípio diametralmente oposto, concedendo plena força à epistemologia sustentada pela maioria dos cientistas e tratando-a como um objeto digno de interesse e passível de análise e interpretação. Para Alan Gross, os cientistas aderem a uma epistemologia que ele chama de “realismo motivacional” (*motivational realism*), que desempenha o papel de âncora psicológica, definindo as condições primeiras de possibilidades para a pesquisa como uma espécie de conjunto de princípios reguladores da conduta científica (GROSS, 1996: 200). Além do mais, ela desempenhou um papel político fundamental, que se acirrou sobremaneira no final do século XX por ocasião das *Guerras da Ciência*. Talvez por isso, a mera suspeição em torno da capacidade da ciência dizer a verdade causa arrepios nesses homens treinados para desvendá-la. Estupefatos, vêem nessas perspectivas um perigo iminente. É esse o primeiro motivo para uma reação tal como vista nas páginas precedentes. O segundo motivo, talvez mais forte, diz respeito à vinculação dessa epistemologia com uma determinada ação política. Isto é, era inimaginável para esses cientistas agir no mundo sem ter certeza de que havia uma realidade objetiva à qual se referir, sem possuir padrões de verdade contra os quais aferirem suas crenças, seus valores e através dos quais estabelecerem julgamentos. Uma epistemologia não-realista ou não-objetivista abria mão desses guias de ação. Para tornar mais clara a disputa política em torno dessas questões, utilizarei um exemplo que me permite introduzir a discussão a respeito da historicidade da verdade. O exemplo foi retirado de uma breve reflexão filosófica

escrita pelo famoso biólogo Richard Dawkins e é muito útil para que possamos ter uma noção mais palpável e, em certo sentido, quase caricatural, do tipo de postura defendida por muitos cientistas. Além disso, a partir dele, é possível avançar em direção ao tipo de debate que pretendo travar. Vamos a ele (DAWKINS, 2005: 35).

De que maneira deveriam os cientistas responder à alegação de que a nossa “fé” na lógica e na verdade científica não é nada além disso – fé – e não conta com nenhum “privilégio” (palavra da moda favorita) em relação a outras verdades alternativas? O mínimo que se pode responder é que a ciência produz resultados.

O que Dawkins põe em jogo é a *universalidade* e, portanto, a *não-historicidade* da verdade científica. Seguindo (e exagerando) o argumento da filosofia da ciência de viés neopositivista e dos seus colegas envolvidos com as *Guerras da Ciência*, o autor se questiona sobre um dos mais densos fundamentos do conhecimento científico. No entanto, “a ciência produz resultados” não parece uma boa resposta, uma vez que abre a possibilidade para dois tipos de interpretação opostos. De um lado, poderíamos dizer que *a ciência é verdadeira porque produz resultados*, o que nos levaria a uma perspectiva muito mais pragmática e histórica da atividade científica, considerando que é a produção de resultados que vai estabelecer os critérios a partir dos quais podemos considerar verdadeira determinada asserção científica. De outro lado, o argumento de apresentado no trecho transcrito pode significar que *a ciência produz resultados porque é verdadeira*, ponto de vista que exclui a dimensão histórica ao estabelecer uma superposição perfeita, uma total e coincidente adequação entre o conhecimento científico e a realidade. Esse tipo de compreensão parece mais próximo daquilo que Dawkins acredita, embora ele não chegue a esclarecer precisamente o seu ponto.

Essa segunda possibilidade de interpretação da verdade científica imobiliza a história da ciência, torna estéril qualquer esforço de tratar efetivamente o conhecimento científico como um objeto legítimo da história. Já a primeira proposição abre espaço para uma reflexão que se vincula à frase que serve de título para esse texto: *a luta pela verdade é uma luta política*. Isto é, as condições de produção de resultados que garantem a uma determinada ciência (ou mesmo ao conjunto da ciência) a alegação de verdade são historicamente e socialmente inscritos. Se nós, historiadores da ciência, aceitamos essa opção, *a ciência é verdadeira porque produz resultados*, estabelecemos como nossa tarefa a tentativa de explicar – em uma determinada comunidade científica, em um dado período e um dado local – o que significa produzir resultados. No entanto,

antes de prosseguir, é preciso enfatizar que o estabelecimento de uma verdade não se trata apenas de uma negociação social, de um consenso entre os homens e mulheres envolvidos na produção de determinado conhecimento científico. Não se trata apenas da política dos homens entre si, mas também da política que envolve e traz para o centro do debate uma profusão de outros seres. É preciso reafirmar o óbvio – ao contrário do que pregou o relativismo das décadas de 1970 e 1980, no seu afã de superar as interpretações neopositivistas –, a realidade participa da construção do conhecimento científico. Mas essa participação não se faz de modo unidirecional, “os indivíduos sociais possuem um papel ativo (como quer o relativismo sociológico) mas também sofrem agenciamento dos objetos naturais (como quer o realismo científicista)” (MAIA, No prelo). Ou, dito de forma semelhante (embora diferente em pontos cruciais), “os fatos científicos são construídos, mas não podem ser reduzidos ao social, porque ele está povoado por objetos mobilizados para construí-lo” (LATOURE, 1994: 12). São os “híbridos” de que nos fala Bruno Latour, ao descrever seus coletivos e suas redes sóciotécnicas? Ou seriam os “agenciamentos recíprocos” de que trata Carlos Alvarez Maia, seguindo de perto a senda aberta quase oito décadas atrás por Ludwik Fleck, mas ainda tão pouco freqüentada? Comum a esses dois tipos de interpretação, está a convicção de que é preciso pôr em dúvida certas categorias dicotômicas que limitaram o campo de atuação do historiador e do sociólogo. É essa convicção que deve ser explorada para situar a ciência em uma dimensão sócio-histórica. É a cisão entre Natureza e Sociedade, como dois campos opostos e imiscíveis é que sustenta e corrobora a perspectiva *ahistórica* da ciência. Precisamos desenvolver uma nova forma de nomear e ordenar o mundo.

Diante disto, o desafio de historicizar a ciência depende da capacidade de alterar o vocabulário que utilizamos para dar conta da nossa relação com a existência em pontos fundamentais ou, ao menos, ressignificar alguns dos termos chave com os quais nos relacionamos com o mundo. Um dos termos sob o qual essa escolha incide é justamente a verdade. Ou abandonamos esse conceito, levando com ele as noções de correspondência, adequação e outras palavras através das quais explicamos a relação entre conhecimento e realidade (outro termo problemático); ou tratamos de reconfigurar o seu uso, dotando-lhe da necessária historicidade que permita à história operar no interior da atividade científica. É, novamente, uma questão política, que teve nas

Guerras da Ciência um dos momentos de maior tensão, onde duas soluções completamente opostas entraram em conflito.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.
- BRICMONT, Jean e SOKAL, Alan. **Imposturas Intelectuais**: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DAWKINS, Richard. **O capelão do diabo**: ensaios escolhidos. São Paulo, Companhia das Letras: 2005.
- DAWKINS, Richard. O que é a verdade? In: _____. **O capelão do diabo**: ensaios escolhidos. São Paulo, Companhia das Letras: 2005.
- GROSS, Alan. **The rhetoric of science**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- GROSS, Paul e LEVITT, Norman. **Higher Superstition**: the academic left and its quarrels with science. 2. ed. Baltimore: John Hopkins University Press, 1998.
- MAIA, Carlos Alvarez. A materialidade da linguagem na história e na ciência. In: X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2006, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**, Volume X, no. 13 Linguística Textual, Pragmática etc. Rio de Janeiro : Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2006. v. X, p. 45-56. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/13/04.htm>. Acesso em: 10 set 2010.
- MAIA, Carlos Alvarez. **Fleck e a compreensão humana do mundo**. No prelo.
- SOKAL, Alan. Transgredindo as fronteiras: um posfácio. In: BRICMONT, Jean; SOKAL, Alan. **Imposturas Intelectuais**: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 1999. pp. 283-289.
- STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 11.
- PICKERING, Andrew. From science as knowledge to science as practice. In: _____. **Science as practice and culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. pp. 1-26.
- PICKERING, Andrew (org.). **Science as practice and culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, pp. 21-46.
- WOLPERT, Lewis. **The unnatural nature of science**. Londres: Faber and Faber, 1992.